

# RELIGIOSIDADE, PERDIÇÃO DA ALMA E SALVAÇÃO NA SOCIEDADE PORTUGUESA MEDIEVAL (SÉC. XIV-XVI)\*

Adriana Zierer\*\*

**Resumo:** O objetivo deste artigo é apresentar alguns elementos da religiosidade portuguesa em fins da Idade Média e início da Moderna e ações indicadas pela Igreja na conduta dos cristãos, como a esmola, os jejuns, a frequência às missas. Destaca-se a preocupação com a salvação da alma, o apreço pela Virgem Maria e pelos franciscanos. Neste período é possível notar também um aumento das procissões, num contexto de medo da morte, devido à peste negra. Ao mesmo tempo, as práticas pagãs ainda eram realizadas no reino luso e se acreditava na possibilidade do indivíduo ser tomado pelo demônio. Um exemplo é uma solicitação de um endemoniado que pede ao monarca Afonso V a aposentadoria, em virtude de estar possuído pelo demônio, no que é atendido. São mostrados alguns exemplos da crença do papel do milagre na *Crónica de D. João I* e da religiosidade de algumas pessoas da nobreza, como D. Nuno, e da família real avisina, como D. João I, D. Duarte e D. Filipa.

**Palavras-Chave:** Religiosidade Portuguesa; Superstições; Cristianismo.

**Abstract:** The aim of this paper is to present some elements of Portuguese religiosity in late middle Ages and Early Modern period and actions indicated by the Church to the Christians, such as almsgiving, fasting and attendance at church services. There is the concern for the salvation of the soul, the appreciation of the Virgin Mary and the Franciscan order. In this period, we can also notice an increasing in processions, in a context of fear of death because of the black plague. At the same time, pagan practices were still held in the Portuguese kingdom and the belief in the possibility of the individual to be taken by the devil. Un example is a request from a person, who asks Afonso V, monarch, the retirement, by virtue of being possessed by the devil, and his plead is accepted. Some examples are shown about the role of the belief in miracles in the *Chronicle of John I* and also, the religiosity of some people of the nobility, such as Nuno Álvares Pereira, and the royal Avis family, as John I, King Edward, of Portugal and Philippa of Lancaster.

**Keywords:** Portuguese religiosity; Superstitions; Christianity.

169

---

\* Artigo submetido à avaliação em 03 de maio de 2016 e aprovado para publicação em 13 de junho de 2016.

\*\* Doutora pela Universidade Federal Fluminense. Docente da Graduação e do Mestrado em História, Ensino e Narrativas da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). E-mail: [medievalzierer@terra.com.br](mailto:medievalzierer@terra.com.br).

O papel que a religião desempenhava na maneira de viver do homem medieval era bem mais relevante que hoje. Toda a vida quotidiana, do nascimento ao túmulo se desenrolava sob o seu signo (MARQUES, 1981, p. 151).

**P**ara o cristão, todo ser humano era essencialmente um pecador e era necessário fazer obras aqui na terra que garantissem a salvação da alma. Havia inclusive rituais que lembravam este aspecto de pecadores dos crentes. Oliveira Marques (1981, p. 165) descreve o ritual realizado não só em Portugal como em outros locais quando, na Quarta Feira de Cinzas, os penitentes eram simbolicamente expulsos da Igreja. O bispo tomava pela mão um dos fiéis e o levava até a porta da igreja, o que simbolizava a expulsão de Adão e Eva do Éden. E na quinta-feira Santa ou no domingo de Ramos havia uma cerimônia que simbolizava a reconciliação dos penitentes de toda a diocese (MARQUES, 1981, p. 165).

Portugal estava dentro do quadro geral da religiosidade medieval. Uma das formas de se atingir a salvação era a prática da esmola, estudada por Ferro Tavares referente ao reino português. Para Michel Mollat (1989), o beneficiário da esmola é o doador e sob esta forma o pobre está ao seu serviço. Era uma economia de trocas ou economia da salvação para a obtenção da recompensa divina no final da vida.

170 A pobreza era uma tônica da sociedade medieval e os problemas decorrentes dos séculos XIV e XV, diminuição das plantações, peste negra, decréscimo populacional, podiam levar muitos ao estado de pobreza. Assim, existia o “pobre honrado”, aquele que havia perdido os seus bens e considerava-se que principalmente este deveria ser auxiliado. Além destes havia os miseráveis, leprosos, presos e peregrinos a quem também se ajudava. Acreditava-se que devido ao fato de serem mais abastados, uns seriam os responsáveis pela salvação dos outros. O rico auxiliaria materialmente o pobre, já este, em retribuição, rezaria para o abastado atingir a salvação.

Segundo Ferro Tavares (1989), em Portugal a partir do século XII e mesmo antes, a esmola era vista como um instrumento de redenção. Uma das qualidades de Nuno Álvares Pereira, o modelo de nobreza da *Crónica de D. João I* e comandante militar do monarca D. João I, era justamente exercer a caridade.

Sobre este nobre, Fernão Lopes afirma que sempre “havia compaixão dos pobres e minguados [...] e sua larga mão sempre era prestes a dar” (CDJ, I, p. 426). A *Crónica do Condestabre*, relato anônimo sobre a vida deste cavaleiro, afirma que num período de falta de pão no reino vizinho, chegou a enviar este alimento aos castelhanos necessitados, mesmo em momento de guerra entre Portugal e Castela (CC, p. 205).

D. Filipa, esposa de D. João I, também dava esmolas aos “pobres e minguados” oferecendo grandes doações a “igrejas e mosteiros” com este fim (CDJ, II, p. 226). D. Duarte, seu filho e sucessor de D. João I, praticava esmolas em certas festas religiosas, como na Quaresma e quando visitava determinadas igrejas e capelas.

Para Ventura (2013, p. 112-113): “A esmola régia e de personagens da família real torna-se um forte meio de solidariedade espiritual entre vivos e mortos da mesma linhagem – inserindo-se também na escolha de determinadas igrejas e mosteiros para a realização de ofícios fúnebres”.

A caridade é louvada nos escritos dos Príncipes de Avis. D. Pedro assegurava que esta prática era um meio de obter o perdão de Deus e D. Duarte afirmou que a esmola poderia “afogar” os pecados, assim como a água apaga o fogo (VENTURA, 2013, p. 111).

A maior parte das penitências no reino luso em fins da Idade Média era perdoada através de orações e esmolas. Segundo Oliveira Marques (1981, p. 155):

[...] a um dia de pão e água equivaliam quarenta salmos rezados de joelhos ou a setenta rezados de pé, acompanhados da caridade de dar de comer a um pobre. Cinco dinheiros faziam o mesmo serviço remissório. Até os votos de romaria (exceto a Jerusalém) podiam ser remidos por esmolas, mediante autorização do bispo.

Desde o IV Concílio de Latrão (1215) a comunhão do corpo de Cristo e a confissão anual eram obrigatórios. Penas rigorosas como as citadas poderiam ser aplacadas tanto por esmolas como, por vezes, por entradas em conventos, consideradas um segundo batismo. Especialmente no fim da vida esta era uma via para a salvação, adotada por muitos fiéis, como, por exemplo, por D. Nuno Álvares Pereira que ingressou no mosteiro do Carmo, em 1422, lá permanecendo até a sua morte. D. Afonso V (1438-1481), no final da vida também foi viver entre religiosos, indo para o convento do Varatojo, no qual havia muitos confessores franciscanos.

171

Este tipo de orientação – a entrada na vida religiosa após o cumprimento de determinada missão, era sugerida aos leigos em obras literárias que circularam em Portugal no período. Um exemplo é a novela de cavalaria *A Demanda do Santo Graal*, produzida no século XIII, mas que teve grande difusão no reino luso até o século XVI, na qual o cavaleiro perfeito, virgem e sem pecados é o eleito para dar cabo das aventuras: encontrar o Santo Vaso e curar o Rei Pescador.<sup>1</sup> Com a morte do guerreiro perfeito, o objeto sagrado volta com ele ao Céu. Outros companheiros de Galaaz, como Boorz, se tornam ermitãos no fim da narrativa.

Este modelo repercutiu sobre pessoas reais, como D. Nuno, o comandante de D. João I, que segundo sua crônica, admirava o modelo de castidade de Galaaz (CC, p. 20-21; CDJ, I, p. 69) e pretendia permanecer virgem, mas se casou por vontade paterna. Mais tarde entrou para a vida religiosa, conforme já mencionado.

---

<sup>1</sup> Este rei em virtude de um ferimento ficou paraplégico, daí realizar como atividade a pesca. Faz parte da linhagem dos guardiões do Graal. Em *A Demanda do Santo Graal*, é conhecido como o rei Pelles. Ver: Alvar (1997, p. 227-228; p. 239-241).

Outro a ser influenciado por essa conduta do romance é D. Fernando, o Infante Santo, filho caçula de D. João I, que também manteve a castidade e foi aprisionado no ataque dos portugueses aos mouros em Tânger, em 1437, já no governo de D. Duarte (1433-1438), tendo morrido em cativeiro (1443).

Por fim, não podemos nos esquecer do rei D. Sebastião (1568-1578), último monarca de Avis. Acreditava ser a virgindade uma qualidade superior e que a mesma poderia lhe dar vitórias guerreiras, ao ponto de não ter se casado, embora fosse o último herdeiro da família. D. Sebastião era igualmente admirador de obras de cavalaria como *A Demanda do Santo Graal* (MEGIANI, 2003, p. 31-78). A sua morte aos vinte e quatro anos ocorreu num outro empreendimento de caráter cruzadístico, visando fortalecer o poderio de Portugal e o cristianismo: a Batalha de Alcácer-Quibir, no Marrocos. Logo depois do seu falecimento, por não possuir herdeiros, Portugal foi dominado pelos castelhanos durante sessenta anos, a chamada União Ibérica (1580-1640).

Também é importante salientar a devoção de outros membros da casa régia, como, por exemplo, D. Filipa, esposa do primeiro monarca avisino, mãe de D. Duarte, o sucessor de D. João I, do Infante D. Pedro, do Infante D. Henrique e do Infante Santo, além de outros filhos. D. Filipa é tida por modelo de virtudes e como uma mulher muito devota. Segundo o cronista Fernão Lopes, após o casamento com ela em 1387, o marido teria abandonado antigos vícios e ambos tinham um "*honesto e são amor*" (CDJ, II, p. 3). A rainha, tal como outros fiéis, passava um longo tempo no interior das igrejas durante o ano. Todos os dias ficava ali até o meio dia e ainda rezava as horas canônicas e devoções particulares.

A maior parte de sua ocupação era religiosa, pois: "rezava as horas canônicas segundo o costume de Salisbury [...]. Todas as sextas-feiras tinha o costume de rezar o Saltério, não falando a nenhuma pessoa até que o acabava de todo" (CDJ, II, p. 226). Quando ficava doente ou por época de parto, estando impedida de realizá-las, segundo Lopes, pedia que orassem para ela e ouvia tudo muito atentamente. Além disso, lia as Santas Escrituras e se dedicava aos assuntos divinos, não ficando nunca em ociosidade (CDJ, II, p. 226). Ainda de acordo com o cronista, D. Filipa também sempre cumpria o jejum, atividade que "praticava para além do que era exigido" (VENTURA, 2013, p. 118). A consorte do primeiro monarca avisino chega a ser chamada por seu filho D. Duarte, numa das obras que ele escreveu, o *Livro dos Conselhos* (ou Livro da Cartucha), de "santa rainha" por ser muito virtuosa (SILVA, 2014, p. 138).

A partir do século XV, a instituição de capelas substituiu paulatinamente as obras de misericórdia, isto é, em favor dos pobres, leprosos e presos. Desta forma, através da fórmula oração + esmolas o crente obteria a salvação. Muitos nobres se faziam enterrar nas suas próprias capelas, que eram adornadas com imagens dos santos e esculturas do morto (VILAR, 1996, p. 172-173).

Ressalta-se também o fato de monarcas e nobres possuírem capelas próprias como é o caso de D. Filipa, D. Nuno e D. Duarte. Este último no capítulo 97 do *Leal Conselheiro* determinava detalhadamente como deveriam ser realizados os ofícios religiosos (VENTURA, 2013, p. 106-110). Além dessas capelas, elementos das categorias superiores da sociedade portuguesa possuíam também espaços para rezar e fazer reflexões divinas. Segundo D. Duarte (*apud* VENTURA, 2013, p. 115) esse local era “o oratório, em que os senhores sós algumas vezes por dia é bem de se apartarem para rezarem, ler bons livros e pensar em virtuosos cuidados”.

Outro elemento importante a destacar a religiosidade são os livros possuídos por membros da realeza. Neste sentido, além de compor livros, no caso de D. João e seus familiares próximos (D. Pedro e D. Duarte), também realizavam leituras, muitas delas relacionadas a assuntos religiosos. D. Duarte, por exemplo, lia e citava a obra de S. Gregório, S. João Cassiano, Santo Tomás. Também possuía obras da liturgia, vidas de Santos e vários livros da Escritura, segundo Garcez Ventura (2013, p. 120): uma Bíblia, os Evangelhos, os Atos dos Apóstolos e o Gênês. Possuía, além disso, livros de rezar (como um *Libro de las Confessiones*, de Martin Pérez e um livro de horas de origem flamenga). Também é bom lembrar que na sua biblioteca constava um *Livro de Galaaz*, provavelmente o manuscrito da novela de cavalaria *A Demanda do Santo Graal* (MEGALE, 2001, p. 78), já referida como modelo de comportamento cavaleiresco cristão, seguido, entre outros, por D. Nuno, pelo Infante Santo e por D. Sebastião.

173

A questão da pobreza voluntária como forma de se atingir a salvação é um dos grandes temas do período. Como forma de conciliação entre os franciscanos espirituais e os conventuais, os bens dos franciscanos pertenciam a Santa Sé, que os administravam e em usufruto poderiam ser usados pelos frades. Alguns espirituais tenderam a radicalizar suas posições e romperam com a ordem, passando a pertencer a uma corrente chamada *fraticelli*, que foi combatida pela Inquisição.

Os franciscanos espirituais e *fraticelli* eram adeptos da mensagem joaquimita<sup>2</sup> (relacionada ao monge Joaquim de Fiore).<sup>3</sup> Acreditavam que a nova era estava próxima e que eles seriam os condutores dos fiéis no período anterior ao do Juízo Final, pois o mundo após a sexta idade, entraria em decadência.

---

<sup>2</sup> Segundo Guimarães (2008, p. 208), um elemento a confirmar a presença das ideias joaquimitas na Península Ibérica é a pregação de Arnaldo Villanova na corte do rei D. Pedro III, de Aragão, pai da rainha santa Isabel de Portugal (1270-1336).

<sup>3</sup> Joaquim de Fiore (m. 1202) foi um monge calabrês que pregava a existência de três Idades, a do Pai, a do Filho e a do Espírito Santo, sendo a última Idade considerada uma era de renovação, na qual os monges conduziram os humanos a uma nova era de felicidade. Os escritos de Joaquim após a sua morte foram considerados heréticos, mas tiveram grande importância e o monge também falava bastante do Anticristo, que viria assolar a terra antes da era de felicidade, que para ele começaria em 1260.

A popularidade dos franciscanos é demonstrada através da preferência que D. João, por exemplo, e outros monarcas deram a esta ordem. O soberano durante a sua vida demonstrou especial preferência pelos franciscanos e dominicanos. Desta forma, o Mosteiro da Batalha foi entregue aos dominicanos e os franciscanos eram os principais confessores do rei.

Os franciscanos tiveram um papel de peso em Portugal e muitos foram simpatizantes dos espirituais. Na *Crónica dos Frades Menores* (1420) aparecem vários trechos criticando S. Boaventura pela adoção da via média e louvam seu antecessor, João de Parma, que queria uma obediência mais estrita da norma (SARAIVA, 1988, p. 78-79). Também trechos da mesma crônica defendem Ubertino de Casale, que acabou se desligando da ordem.<sup>4</sup>

Outros traços importantes do franciscanismo no reino luso ficam claros em obras como a de frei Álvaro Pais. No *Estado e Pranto da Igreja* escreve que S. Francisco tinha nas mãos o Evangelho Eterno, uma alusão a Joaquim de Fiore. Álvaro Pais faz sérias críticas à Igreja: os lobos dominam a Igreja; alimentam-se de sangue, sua alma está em sangue (SARAIVA, 1988, p. 81), mas o frei não chega a romper com a instituição. Defendia a monarquia pontifícia e recebeu em retribuição o bispado de Silves e o de Corona.

É importante destacar que a ascensão da Dinastia de Avis ao poder, através de seu primeiro monarca D. João I, é vista como um acontecimento relacionado a milagres e com o apoio dos franciscanos. Foi o que explicou o cronista Fernão Lopes. Este afirmava que D. João era o "Messias" de Lisboa, e que, embora fosse filho ilegítimo do rei D. Pedro (1357-1367) e meio irmão do rei D. Fernando (1367-1383) poderia suceder este último por ser uma espécie de "salvador" do reino de Portugal contra a vinda castelhana em curso.

Além disso, era visto como defensor dos pobres (os miúdos, segundo Lopes) e do papa de Roma, Urbano VI, ao contrário de seu opositor, o rei D. João de Castela, apoiante do papa de Avignon, em momento de Cisma do Ocidente, quando a Cristandade chegou, em alguns momentos, a ter três papas. Além disso, segundo Lopes, D. João I iria estabelecer um novo tempo de felicidade e justiça no reino luso, a Sétima Idade, momento no qual elementos de nível inferior seriam nobilitados.

A religiosidade portuguesa deste momento fica clara nesta obra de Fernão Lopes, a *Crónica de D. João I*, devido ao apoio dos franciscanos ao rei da Boa Memória, pois a presença dos primeiros é constante em toda a narrativa do cronista, fazendo sermões

---

<sup>4</sup> Ubertino de Casale, nascido em 1259, entrou para a ordem franciscana aos quatorze anos. Fez violentas críticas ao papa e à monarquia na obra *Árvore da Vida Crucificada de Jesus Cristo* (1305), na qual defende ideias de Joaquim de Fiore e Pierre de Olivi. Essas ideias animaram o movimento dos franciscanos espirituais. Ubertino foi excomungado pelo papa João XXIII (DESROCHE, 2000, p. 455). Foi inspirado pelo pensamento de S. Boaventura. Sobre essa influência na obra de 1305, cf.: Magalhães (2016, p. 205-216).



e explicando os milagres que confirmam o Mestre de Avis como o Messias de Lisboa. A “arraia-miúda” também é vista pelos olhos do cronista frequentemente apelando pelo auxílio de Deus e rezando em favor da vitória de D. João, como, por exemplo, no cerco de Lisboa (1384), no qual a cidade foi ameaçada pelo exército castelhano.

Nesta ocasião houve falta de mantimentos e segundo Fernão Lopes todo o povo rezava de joelhos pedindo que Deus salvasse a cidade, no que foi atendido quando Deus enviou a peste que teria atingido, segundo o cronista, somente o exército inimigo (ZIERER, 2004, p. 164-165).

É importante observar com atenção o papel dos franciscanos na *Crónica de D. João I*. Já no capítulo 46 um frade aponta a necessidade de apoio a D. João para livrar o reino do ataque do rei de Castela:

*Preegou estomçe huu ã Frade, muito aproposito de sua emtenençõ concluidimdo que todos deviam de seer dhũa coomtade e desejo, e nom amdar emtrellles desvairo nêhuũ; mas servir ho Meestre leallmente e de boom coração, come verdadeiros Portugueeses, pois que sse poinha a deffemder o rregno da sujeiçom delRei de Castela* (CDJ, I, p. 94, grifos nossos).

O trecho mostra o posicionamento dos franciscanos a favor do Mestre de Avis, contrários a “sujeição do rei de Castela”. Outros acontecimentos ligam o apoio deste grupo a ele: na cidade do Porto, os franciscanos são porta-vozes dos burgueses e em Estremoz estão à frente da arraia miúda que assalta o castelo; servem de intermediários entre os conspiradores que querem entregar os castelos cercados ao Mestre e as tropas deste; estão misturados com os judeus numa tentativa de atentado contra D. João de Castela tramada pela viúva de D. Fernando, Leonor Teles. Num motim contra o interdito do papa que proibia o enterro dos mortos na igreja, discursa um franciscano (SARAIVA, 1988, p. 74).

Já desde o reinado de D. Fernando (1367-1383), segundo *Crónica de D. Fernando*, de Fernão Lopes, os franciscanos tinham se manifestado contra o invasor castelhano, chegando mesmo a se oferecer a combater em Santarém (SARAIVA, 1988, p. 74) e na *Crónica de D. João I* há os sermões de frades visando consolidar a imagem de D. João como o Messias de Lisboa. Após o cerco de Lisboa, é proferido um discurso por frei Rodrigo e após a batalha de Ajulbarrota, por frei Pedro. Um franciscano também faz o sermão de incitamento à tomada de Ceuta (VENTURA, 1992, p. 100-102).

É possível enumerar vários exemplos que mostram a devoção dos portugueses e sua relação com os franciscanos, como o rei D. Fernando, que pediu para ser enterrado usando o hábito franciscano como mortalha, o ingresso da rainha Santa Isabel na Ordem Terceira de S. Francisco, após ficar viúva, ou o fato de D. Filipa, esposa de D. João I, ter tido um confessor franciscano.

D. João é visto por Lopes como eleito de Deus, em virtude de suas vitórias bélicas contra Castela, como as batalhas de Atoleiros (1384) e Aljubarrota (1385). Tal como outros reis do Ocidente se considerava que possuía qualidades taumatúrgicas. Um elemento da sua sacralidade seria o fato de que as primeiras moedas cunhadas em seu governo teriam aspectos curativos, e por este motivo eram trazidas ao pescoço por algumas pessoas (VENTURA, 2013, p. 192)

Os testamentos são documentos que mostram de forma clara o medo do destino após a morte. Os documentos produzidos em Portugal denotam o cuidado com a salvação da alma, através das missas que eram mandadas rezar e da doação de bens, especialmente à Igreja.

Uma das maiores preocupações era de que a morte viesse de forma repentina, sem que o fiel tivesse se preparado para a mesma. A preparação incluía o testamento, através do qual se fazia as doações e os pedidos pela alma do morto. Outro ponto importante era a confissão antes da morte para a obtenção do perdão dos pecados e o recebimento do viático: "O padre lia os salmos, o *Libera*, incensava o corpo e o aspergia com água benta, o que também era repetido no seu sepultamento" (ARIÈS, 2003, p. 33).

Para Isabel Castro Pina, a partir do século XIV houve uma mudança na estrutura dos testamentos, o que denota novas preocupações. Assim, se anteriormente havia pedidos sumários de missas e orações, a partir de então ocorrerá um alongamento nos preâmbulos para definir rigorosamente as cerimônias fúnebres. Também como diferencial, num primeiro momento, os testadores procuravam celebrar a memória dos antepassados e mais tarde a preocupação é com o destino da alma e com a ação dos descendentes para providenciar a salvação (PINA, 1996, p. 125-164).

A autora estudou as fórmulas que aparecem nos testamentos, nos quais há com frequência os termos "pera proveito de sua alma" "por saúde e salvação de sua alma fez e ordenou seu testamento" (PINA, 1996, p. 133). Além disso, era comum mandar rezar missas por pessoas a quem os fiéis haviam prejudicado em vida. No testamento de Gil Martins, o cavaleiro pede "que deem dez maravedis por almas daqueles que eu matei e mandei matar e fiz matar e aconselhei matar e andei a matar" (PINA, 1996, p. 133). Esta ação visava o perdão dos pecados que ele próprio havia cometido.

Os testamentos mencionam os espaços do Além, Paraíso, Inferno e Purgatório, fazendo referência à preocupação com a saúde mental da alma, ao temor de Deus e ao uso do hábito franciscano como mortalha para a purificação dos pecados. Quanto aos pedidos de intercessão pela alma, apelava-se à Virgem, aos Santos e anjos no momento do último suspiro. Os elementos contidos no *Livro Sinodal Gonzalo de Alba* (1410, Salamanca) apresentam cinco lugares de destino da alma: O Paraíso dos santos,



os dois Limbos (referentes aos que viveram antes da época de Cristo e das crianças não batizadas), o Purgatório e o Inferno (BASTOS, 1996, p. 113).

O medo do Limbo levava ao batismo, no oitavo dia do nascimento, de todas as crianças, as quais contavam com uma média de três padrinhos, “dois homens e uma mulher se a criança pertencia ao sexo masculino, duas mulheres e um homem, se se tratava de uma menina” (MARQUES, 1981, p. 151). Em caso de figuras régias o número de padrinhos podia aumentar.

Um manuscrito latino do século XII, mas com grande circulação no período medieval, traduzido no reino luso por monges de Alcobaça entre fins do século XIV, início do XV, é a *Visão de Túndalo*. Trata-se de uma viagem imaginária ao Além-Túmulo em que um cavaleiro, após se sentir mal, mas sem estar morto, tem a oportunidade de percorrer os três locais centrais do pós-morte. Neste percurso e devido à sua conduta de pecador, sofre vários castigos em seu corpo, associados aos sete pecados capitais (ZIERER, 2015). Chega até mesmo a encontrar Lúcifer punindo os condenados, comendo-os, esmagando-os com as mãos, mas também sofrendo no Inferno, acorrentado a uma grelha de ferro (VT, p. 110-111).

Depois a alma do cavaleiro é levada por seu anjo da guarda aos espaços do Paraíso, dividido em três muros; de prata, ouro e pedras preciosas (VT, p. 114-120). Após três dias numa espécie de estado de coma, Túndalo acorda, conta a sua experiência e se torna um bom cristão, doando seus bens à Igreja e passando a frequentar as missas (VT, p. 120). Este modelo era um exemplo de atitudes cristãs a serem adotadas por clérigos e leigos.

Outra representação da “vida além-túmulo como uma longa e penosa viagem, sujeita a inúmeros perigos e vicissitudes” (MATTOSO, 2001, p. 301) ocorre nas peças de Gil Vicente, produzidas no século XVI, em especial os autos das barcas. Ali o medo da morte está associado ao temor do Diabo e ocorre uma divisão das almas entre a barca da Glória, do Purgatório e do Inferno, com a presença do Anjo e do Diabo como personagens, refletindo sobre as ações do morto em vida. Ressalta-se nos autos a visão crítica do autor com relação a todos os grupos sociais. Por este motivo, mesmo clérigos e homens ricos poderiam ir ao local de tormentos devido aos seus pecados, como ocorre, por exemplo, no *Auto da Barca do Inferno*.

No *Auto da Alma*, a protagonista, caracterizada como uma mulher, se sente fraca num primeiro momento devido às tentações do Diabo, que lhe estimula a ligar-se com bens materiais, mas depois despreza esse conselho e segue os ensinamentos do anjo Custódio, que a leva até a estalajadeira, a Igreja, onde a alma observa os sofrimentos de Cristo e consegue seguir o caminho correto para a redenção.

A preocupação com a salvação em Portugal é demonstrada tanto pela devoção quanto, por exemplo, pelas atitudes dos monarcas frente à sexualidade. Assim, D. Duarte (1433-1438), filho e sucessor de D. João, que se encontrava melancólico, foi aconselhado por seu médico a tomar vinho aguado e encontrar-se com a esposa, mas deplorou o conselho e preferiu orar à Virgem uma vez que a paixão, segundo ele, poderia cegá-lo e levá-lo para o mal (SARAIVA, 1988, p. 56; VENTURA, 2013).

Os séculos XIV-XV caracterizam-se pela preocupação com a morte. Surgem os relatos sobre a dança macabra, na qual um esqueleto, a representação da Morte, dançava com o vivo antes de uma pessoa falecer. Vários poemas tratam do assunto, enfatizando a proximidade da morte e a putrefação dos corpos e foram instituídas na França estátuas dos mortos que aparecem acorrentados e levam pessoas de todas as categorias sociais. É a crença na inevitabilidade da morte e também a preocupação com a podridão do corpo, em virtude do período da Peste (HUIZINGA, 2010, p. 220-245; DELUMEAU, 2003, p. 69-159; ARIÈS, 2003; MARTINS, 1969).

Em Portugal, cerca de um terço da população foi dizimado pela doença. O medo da morte gerou um surto novo de devoção a Nossa Senhora e a São Francisco. Aumentou a preocupação com a caridade como meio de se atingir a salvação, sendo criados nos séculos XIV e XV diversos hospitais, albergarias e outros abrigos. No mesmo período houve a fundação de várias irmandades e confrarias e cresceram as peregrinações.

178

Toda a cidade se reunia coletivamente nos momentos de surto, participando da liturgia, orando, suplicando e se arrependendo. Durante a peste de 1569 em Lisboa, por exemplo, ocorreram nove procissões, todas organizadas por ordens religiosas. Em Vila Guimarães, em 1507, foram instituídas durante a peste quatro dias de ladainhas a Nossa Senhora, que ainda se realizavam na segunda metade do século XIX (BASTOS, 2009, p. 66).

O culto de alguns santos aumentou no período da Peste. Segundo Oliveira Marques (1981), as devoções aos santos dependiam muito da devoção dos mais altos nobres, membros do clero e reis. Assim, ocorreu o culto a São Francisco, ao Espírito Santo e um novo interesse na devoção a Nossa Senhora, com a difusão do "Salve Rainha", oração típica da Idade Média.

Festas importantes eram celebradas em homenagem a Maria, como a da Imaculada Conceição no dia 8 de dezembro e a da Maternidade em 25 de março. Até o fim do século XV houve mais de mil consagrações a Maria em templos religiosos portugueses. O Salve Rainha teria sido entoado por todo o exército português por ocasião da Batalha de Aljubarrota (MARQUES, 1981, p. 161).

Na *Crónica de D. João I* as procissões são sempre lembradas, com pedidos para a vitória de D. João ou em agradecimento a estas. Inclusive, muitos iam descalços,

como o próprio rei. Um exemplo são as três procissões realizadas após a vitória do exército português em Aljubarrota (1385):

[...] naquela semana da Asunção da Bemta Virgem, fose jumta toda cidade pêra fazerem três procissões, a hũa depos outra. E a primeira fose ao Mosteira da Trimdade, a saber: todos descalços e depois da pregação dizerem três misas cantadas a homrra da Sancta Trimdade. E que a segumda fose ao altar do Salvador do mosteiro de São Francisco, ysso mesmo descalços y acabado o sermão diseraõ çimco misas em louvor das çimco chaguas de Noso Senhor Jesus Christo. Na terceira procissão se jumasẽ todos e fosem calçados a Santa Maria da Graça do mosteiro de Samcto Aguostinho [...] e depois do sermão dizerẽ sete misas cantadas a homrra dos sete guovos da Virgem Maria (CDJ, II, p. 130, grifos nossos).

Fica claro no exemplo da crônica a devoção à Virgem Maria de quem eram também devotos D. João I e Nuno Álvares, seu comandante militar. Frei Pedro em seu sermão sobre a vitória de Aljubarrota afirmou que antes da batalha todos chamaram *"a Madre de Deus e o precioso Martir Saõ Jorge"* (CDJ, II, p. 128). D. Nuno possuía uma bandeira na qual estavam estampadas importantes figuras religiosas e antes da vitória na Batalha de Atoleiros, em 1384, por exemplo, teria se ajoelhado e rezado diante da bandeira com a imagem "do Crucifixo e da sua preciosa Madre" (CDJ, I, p. 198) (Figuras 1 e 2).

**Figura 1** - Nuno Álvares Pereira reza antes da batalha

179



**Fonte:** Azulejo na Freguesia de Orada, Concelho de Borja, no Alentejo. Disponível em: <[http://nonas-nonas.blogspot.com.br/2009\\_04\\_01\\_archive.html](http://nonas-nonas.blogspot.com.br/2009_04_01_archive.html)>. Acesso em: 10/06/2016>.

**Figura 2** - Estandarte de Nuno Álvares Pereira



**Fonte:** Disponível em: <<http://condestabre.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 10/06/2016.

180

O estandarte branco de D. Nuno (Figura 2) é retratado nas duas imagens, mas com mais detalhes nesta última. Era dividido por uma cruz vermelha em quatro partes e com as armas da família de D. Nuno nos quatro cantos. No alto à esquerda, a representação continha, além da imagem de Cristo crucificado e de Maria, rezando, a de S. José a seu lado; à direita uma figuração da Virgem com o menino Jesus em seu colo. Na parte de baixo, os santos guerreiros: S. Jorge, por Portugal e S. Tiago, por Castela, ambos ajoelhados com os elmos no solo, orando pela paz. A figura 1 igualmente mostra a imagem de D. Nuno ajoelhado, apoiado em sua espada, com o elmo ao chão, antes de uma batalha. Atrás dele, o cavalo, símbolo de sua condição de cavaleiro e mais atrás o seu estandarte.

A ação devota de D. Nuno lembra que este, tal como o herói virgem e sem pecados de *A Demanda do Santo Graal*, Galaaz, também sempre foi vencedor em escaramuças. Fernão Lopes nos conta elementos da religiosidade do condestável por ocasião da Batalha de Valverde, que ocorreu depois do conflito de Aljubarrota entre Portugal e Castela. Por ocasião da peleja, tal como na figura 1, ele teria se retirado um longo tempo para rezar, o que levou um companheiro seu a ficar aflito. Mas D. Nuno, segundo Lopes, só teria ido ao campo de batalha após completar a sua oração e no momento que achou certo: "Ruy Guonçalvez, amigo, ainda não hee tempo, agoarday huũ pouco e acabarei de orar" (CDJ, II, p. 150). Depois da luta, os castelhanos passam a se recusar a se bater com os portugueses devido ao temor de D. Nuno, segundo Lopes.

Outro herói protegido pela Virgem Maria segundo narrativas medievais é o mítico Artur que, segundo a *Historia Brittonum*, de Nennius, em virtude de trazer o

escudo com a imagem de “Maria, sempre virgem” sob os seus ombros foi vencedor dos saxões, matando em um único dia novecentos e sessenta homens (ZIERER, 2004, p. 199).

Como já foi mencionado, na visão da época, é devido ao fato de serem homens piedosos que D. Nuno e D. João conseguem o favor divino e vencem os castelhanos nos conflitos bélicos de então. Aliás, o cronista Fernão Lopes procura explicar que, em virtude de D. João ser um bom cristão e lutar pela independência de Portugal, mereceu a vitória em batalhas como Aljubarrota (embora a paz só tenha sido assinada entre ambos os reinos em 1411), ao passo, que D. João de Castela, por ter vindo invadir Portugal, segundo a visão do cronista, apesar de rezar a Santiago, não consegue a vitória nessa importante batalha.

Fernão Lopes argumenta em seu relato que o monarca castelhano é um mau soberano, equiparando a sua imagem com a do Anticristo, num oposição entre Messias de Lisboa (D. João e seus apoiantes) e o Anticristo (o rei de Castela e todos os que eram seus partidários. Em Portugal, mormente a nobreza tradicional, tida por ele como o “azambujeiro bravo”).

Neste sentido, D. João de Castela e seu grupo são chamados por Lopes na *Crónica de D. João I* de “hereges cismáticos” (CDJ, I, p. 343) em virtude do apoio de Castela ao papa de Avignon. O soberano castelhano é mostrado ainda com atitudes contrárias ao cristianismo, na medida em que quando entra no território português por ocasião da Batalha de Trancoso, incendeia igrejas, além de, segundo o cronista, mandar “decepar as mãos e cortar as línguas e outras semelhantes crueldades” de “homens, mulheres e moços pequenos” (CDJ, II, p. 64). Neste mesmo momento D. João fazia procissões para agradar a Deus.

D. João I fez diversas romarias para a Virgem Maria como cumprimento de promessas e mandou edificar em sua honra a capela-mor da Sé de Lisboa, a Igreja Nossa Senhora da Escada, em Lisboa, a Igreja e Mosteiro de Santa Maria da Vitória (Batalha) e a Igreja Nossa Senhora Oliveira, em Guimarães. O monarca traduziu dois livros de horas da Mãe de Jesus, além de ter mandado traduzir o *Novo Testamento* e algumas vidas de santos (CDJ, II, prólogo, p. 2).

No reinado de D. João II (1481-1495), por exemplo, a procissão do Corpo de Deus era seguida por representantes dos mais diversos grupos sociais (MENDONÇA, 2011; MARQUES, 1981, p. 162-163). Na frente iam os toureiros, seguidos dos horteleiros. Havia também a representação e participação das prostitutas na procissão. Eram levados no cortejo os santos de que cada categoria era devota:

*Os homens de armas levam S. Jorge, os tecelões, a figura de S. Bartolomeu e um diabo preso por uma cadeia. Iguamente com bandeiras, pendões, atabaques*



surgem, de um lado, *ataqueiros e safoeiros, que devem levar S. Miguel*. Do outro perfilam-se os *olheiros, telheiros e tijoleiros, que devem transportar Santa Clara com duas companheiras* (MENDONÇA, 2011, p. 28, grifos nossos).

Dentro do contexto de veneração à Virgem e à S. Francisco aumentaram o número de *peregrinações* no reino luso, tais como a de Nossa Senhora das Virtudes, Nossa Senhora de Nazaré, Nossa Senhora do Cabo e outras. Importantes santuários localizavam-se entre Douro e Minho (santuários de S. Geraldo de Braga, Santa Maria do Bouro, Santa Maria do Pombeiro, Nossa Senhora da Oliveira, S. Salvador do Valongo, entre outros) e na Beira (MARQUES, 1981, p. 157). Ao longo dos caminhos havia as albergarias, mas era necessário tomar cuidado contra falsos pregadores de indulgências (MARQUES, 1981, p. 159).

Neste processo de medo do fim do mundo e certeza da morte iminente, ocorreram também às vezes procissões de flagelantes como forma de punição do corpo contra os pecados, numa atitude de desprezo pela carne. Em Portugal foi muito conhecida uma procissão que se prolongou até o século XVII, a procissão dos nus, na qual homens vestidos somente com um calção ou uma toalha iam, em pleno inverno, até o mosteiro de Santa Cruz (em Portugal, cf. MARQUES, 1981; no Ocidente Medieval, cf. COHN, p. 105-121; DESROCHE, 2000, p. 204-205).

182 Outro aspecto relevante da religiosidade portuguesa no final da Idade Média foi o *culto das relíquias*. A rainha Filipa teria entregado ao marido e aos três filhos mais velhos um pedaço do santo lenho, o qual o infante D. Henrique sempre usava debaixo da camisa, conforme citado por Zurara na *Crónica da Tomada de Ceuta* (MARQUES, 1981, p. 165).

Como em outras regiões europeias, também em Portugal os eclesiásticos tinham atitudes reprováveis, sendo mencionado que fiéis se recusavam a tomar sacramentos de padres "barregueiros", isto é, daqueles que possuíam amantes, o que também é mostrado nas peças de Gil Vicente, quando o autor critica os maus religiosos, que vão ao Inferno, por exemplo no *Auto da Barca do Inferno*.

Houve também na mesma época, um aumento no número de confrarias, as quais, organizadas por categorias profissionais, realizavam a assistência mútua e reuniam-se por veneração a algum santo ou participação num mesmo ato de fervor religioso.

Um elemento a ser salientado na religiosidade é a *presença de traços da cultura popular na religiosidade*, com crenças em amuletos, mau olhados, encantamentos, adivinhações. Neste sentido é bom lembrar a distinção feita por Le Goff (1994) entre o maravilhoso cristão, associado ao milagre, realizado por vontade de Deus, e o maravilhoso pagão, relacionado à cultura popular e ao demoníaco. Era considerado que os reis deveriam castigar a feitiçaria, como nas *Ordenações Afonsinas* de D. Afonso



V, que tornava mais abrangente uma lei de D. João I, datada de 1403, contra essas práticas (VENTURA, 2011, p. 97).

O combate a essas atividades aparece na *Crónica de D. João I*. D. João, antes da importante batalha contra Castela, a Batalha de Aljubarrota (1385), já mencionada, lança a proibição contra práticas pagãs, visando conseguir o apoio de Deus na luta contra os inimigos. Por isso prometia

[...] guoardar por sempre por sy e por seus sobeçesores quee dahy em diamte, [...] nenhuũ *naõ usase de feitiços*, nem de leguamentos, *nẽ de chamar diabos*, nem descamtaçoẽs, nnem dobra de vedeira, nnem caramtolas, nem soennjos, nẽ lamçar roda, *nem sortes*, nem nenhuũa cousa que arte de ffisiqua [naõ] comsemta. E mais *que naõ camtasẽ janeiras nem maias*, nẽ outro nenhuũ mês do anno, nnem furtasẽ aguoas, nẽ lançasẽ sortes, nẽ outra ouservançia quee a tal feito pertemçia (CDJ, II, p. 101, grifos nossos).

A proibição de realização de feitiços, chamar diabos, lançar sortes e cantar janeiras e maias, entre outros elementos, mostra, de fato, a persistência de tais ações na sociedade. O festejo das maias, por exemplo, é uma reminiscência celtíbera, visando comemorar o início do ano (primeiro de maio). Em Portugal eram colocadas flores nas portas e sacadas das casas numa festa que durava três dias, além de se colocar no meio da residência uma boneca de farrapos, palha e centeio (GONÇALVES, 2010, p. 156).

Outra prática de origem pagã e que persistiu foi a de carpir e clamar pelos mortos, o que era proibido e sujeito à multa régia. No entanto, esse costume foi registrado por Garcia de Resende por ocasião da morte do príncipe D. Afonso em 1491 (GONÇALVES, 2010, p. 157-158).

De acordo com Marques (1981, p. 170-171) “se acreditava no mau olhado, nos malefícios, encantamentos, agoiros e adivinhas”, dando origem a profissionais dedicados a realizar filtros do amor e malefícios de cunho mágico. “O Padre Nosso, o Credo, os Salmos, os próprios Evangelhos serviam para interpretações cabalísticas. Criase nas fadas e na virtude que tinha o canto do galo para afastar o diabo” (MARQUES, 1981, p. 171). Além disso, eram feitos feitiços com a hóstia e os santos óleos de acordo com as informações nas Constituições do Arcebispado de Lisboa (século XV). Entre outras práticas mágicas temidas havia o fato de rogar pragas, acarretando, males e a crença em bruxas e vampiros que podiam voar, saindo a noite para sugar as criaturas.

A Igreja preocupava-se em punir principalmente os casos de cristãos que renegassem a fé. Nas *Ordenações Afonsinas* havia penas leves para os que blasfemassem: multas de 1000 reais para os nobres e cavaleiros: açoite no pelourinho a peões, com uma agulha atravessada na língua, ou somente 500 reais de multa ou penitência em forma de procissões em volta da Igreja, se a blasfêmia fosse dirigida a um santo. No entanto, se o propósito fosse realmente o de renegar o cristianismo os cristãos eram

punidos indo desde a excomunhão até a perseguição pelo Tribunal do Santo Ofício (MARQUES, 1981, p. 171-172).

Havia nesse período um entrelaçamento e dificuldade de distinção entre milagre e feitiçaria. Segundo Ventura (2013, p. 100) uma “tênue linha” separa a prática de observação da ordem natural, a reflexão sobre a natureza, de uma tentativa de manipulá-la, entendida como magia. É bom lembrar que existiam pessoas renomadas e que se dedicavam a observação da natureza, além do fato de a Astronomia passar a ser oferecida como cadeira na Universidade de Lisboa a partir de 1513.

Um exemplo de prática aceita era o poder curativo das pedras contra determinadas doenças, como, por exemplo, a melancolia, entendida como predisposição física e enfermidade. Um exemplo é o *Liber Conservanda Sanitate* (Livro da Conservação da Saúde), atribuído ao médico Pedro Hispano e o *Lapidário ou Tratado de las Piedras*, traduzido desde a época de Afonso X, obras estudadas por Dulce A. dos Santos. Contra tal doença, esses textos afirmavam que o excesso de meditação poderia fazer mal ao coração (SANTOS, 2011, p. 112).

Por isso, algumas pedras poderiam funcionar como “preventivo na forma de talismãs para pendurar no pescoço e trazer junto ao corpo”, bem como “na utilização de vasilhas confeccionadas com algumas pedras para os alimentos”, o que preveniria as doenças relacionadas à melancolia (SANTOS, 2011, p. 112-113).

184

Outro exemplo sobre a importância da Astronomia desde fins da Idade Média é a cerimônia de ascensão de D. Duarte ao trono, na qual o Mestre Guedelha, astrólogo e médico de D. Duarte, de origem judaica, sugeriu que esta ocorresse somente após o meio dia. Segundo o estudioso, a conjunção de Júpiter, do Sol e outros fenômenos antes desse horário, eram desfavoráveis ao rei e significariam que o mesmo reinaria poucos anos com grandes fadigas e trabalhos (VENTURA, 2011, p. 101-102). D. Duarte não aceitou o conselho do seu médico, preferindo se fiar em Deus, ocorrendo o *levantamento* do monarca fora do horário indicado. A previsão se cumpriu: o soberano reinou por apenas cinco anos, entre 1433 e 1438, tendo morrido de peste, além de haver perdido a batalha de Tânger, na África (1437), que teve como consequência o aprisionamento como refém de seu irmão, D. Fernando, o Infante Santo, pelos mouros e seu posterior óbito em cativo (1443).

D. Duarte, no entanto, acreditou no chamado “Milagre da Cera”, que seria o fato de no terceiro aniversário da morte de seu pai, o rei D. João I, a cera dos círios e tochas em homenagem a este último não teria se consumido, tendo ao contrário, aumentado, o que foi visto pelo monarca reinante e por outras pessoas como um prenúncio de vitória em Tânger, o que não se concretizou (VENTURA, 2013, p. 178).

Este soberano dava importância à Astronomia, mas condenava no *Leal Conselheiro* a crença em agouros, sonhos e sinais do céu e da terra:

Nenhum homem bom deverá tê-los em conta, pois é difícil *discernir se são obra de Deus ou do diabo*. De resto, o conselho é sempre não se preocupar com essas coisas, mas *colocar a sua confiança em Deus*" (VENTURA, 2011, p. 104-105, grifos nossos).

Portanto o rei demonstrava a "total confiança em Deus", fiando-se mais no cristianismo do que nas crenças mágicas ou na Astronomia. Demonstra o interesse em outras ciências, como na Medicina. Por exemplo, no caso da peste, o pensamento eduardino recomendava ser necessário se afastar dos locais infectados e possuir uma boa alimentação (SANTOS, 2013, p. 118; BASTOS, 2009, 119). Essa medida seria até mesmo desejada por Deus, segundo o monarca, uma vez que o Criador havia dado discernimento aos seres humanos.

D. Duarte também se ocupa no *Leal Conselheiro* em explicar os motivos da melancolia, hoje entendida como depressão (VENTURA, 2013, p. 22), e a necessidade de cuidar da saúde contra esse mal, que ele mesmo teve e do qual conseguiu se curar. O rei indica tanto ações voltadas à saúde física (boa alimentação, dormir bem, praticar a recreação), quanto à espiritual. Ele conta nesta obra como se livrou da doença, que o acometeu quando se ocupou de muitas tarefas ainda na época do governo de seu pai, D. João. Tendo muitas preocupações e sem tempo para o lazer, adquiriu a enfermidade, a qual durou três anos (1413-1416).

Ao se manter ocupado, no entanto, cuidando da mãe, D. Filipa, acometida pela peste, e através da ida a missas, leituras dos padres da igreja e outras ações cristãs, conseguiu o retorno da saúde. Desta forma, recomendava no *Leal Conselheiro* a necessidade da realização de atividades visando o bem-estar corporal e mental dos indivíduos.

185

### **Exemplos Piedosos: D. João I e D. Nuno**

A *Crónica de D. João I* retrata atitudes adotadas por este rei com o intuito da salvação da alma do irmão, D. Fernando, o que é apresentado como uma característica de *bondade* do primeiro monarca avisino. A partir da valorização de atitudes consideradas positivas sobre o Mestre de Avis, Fernão Lopes começa a construir a imagem de um bom governante no seu relato. Segundo a crônica:

Mas que diremos deste virtuoso Senhor, e de sua grande bondade? [...] *nom se esqueçeo porem dos sprituaaes feitos*. E hordenou logo huñ mui honrrado saimento por a allma delRei dõ Fernamdo seu irmaõ [...] em que fez grande e larga despesa.

E mais *pos mantiimento a certas pessoas devotas que rrogassem a Deos por ell [D. Fernando]*, e por o estado do rreino; assi como a frei Joham Barroca, e a Margarida Anes, e a Maria Esteveêz empardeadas, que aviam quatro soldos por dia (CDJ, I, p. 102).

D. João é apresentado por Lopes como respeitador do rei anterior e preocupado com a salvação da alma do seu irmão D. Fernando, na medida em que realizou pagamento a pessoas devotas, como frei João da Barroca e duas emparedadas, Margarida Anes e Maria Esteves, para que rezassem pela alma daquele.

Portanto, aqui fica clara a crença medieval de que as orações de pessoas devotas pela alma do morto abreviariam as suas penas no Purgatório. De acordo com o pensamento da época, somente os santos iriam para o Paraíso, o resto da população teria necessariamente que passar por um período de purgação dos pecados, daí a necessidade da ação dos vivos pelos mortos.

Na Crónica de D. João I, Lopes afirma que o rei foi “sempre bem fiel católico [...], “de direita fé [...] sendo muito devoto da preciosa Virgem em que havia singular e extremada devoção” (CDJ, II, p. 2). Além disso, segundo o cronista, era muito obediente ao Papa e ao clero em geral, seguia os mandamentos de Deus, dedicando horas do dia e da noite “para lhe dar graças e louvores”. Em todas as suas ações “sempre louvou a seu Deus” e sempre andou por “real estrada” (CDJ, II, p. 2).

A preocupação com a morte e o Além, presentes na *Crónica de D. João I*, aparecem, igualmente, na *Crónica de D. Duarte*, de Rui de Pina. Este principia o relato tratando da morte de D. João. A primeira característica salientada por Pina é religiosidade do rei, o que contribuiria para a salvação de sua alma:

186

[...] os Ifantes seus filhos por seu mandado, e por sua devaçam o levaram com grande acatamento, e muita obedientia á Capella Mayor da See, e o poseram em todo seu estado ante o Altar do Martire Sam Vicente onde seu Cropo jaz, por que ElRey por ser delle *muyto devoto*, antes de sua morte se quis delle, em sua vida, despedir, e alli ouviu com muita devaçam Missa solepne em que com grande efficatia encomendou a Deos sua alma (CRP, p. 489-490, grifo nosso).

Para garantir a salvação da sua alma após a morte, o rei D. João sugeriu que fosse dada uma grande quantidade de outro para o acabamento da construção da capela Maior para que missas fossem rezadas por sua alma. Mostrando claramente suas ações devotas e seu amor pela Virgem, o cronista afirma que “[...] E da See com o Moesteiro de Sam Domingos, novamente mandou fazer, e em que *tinha singular devoçam, e depois de se despedir da imagem de Nossa Senhora* [...] (CRP, p. 490, grifos nossos).

Preocupado com a aparência e para não morrer “*espantoso e disforme*” o rei pediu que sua barba fosse feita. Logo a seguir, faleceu (CRP, p. 490). Teoricamente, de acordo com Rui de Pina, fatos no âmbito do maravilhoso cristão teriam ocorrido no dia do nascimento e morte do monarca e também na sua vitória contra Castela na Batalha de Aljubarrota (1385). Tais elementos são associados pelo cronista com “mui claros sinaes de Salvaçam de sua alma”.

Rui de Pina também apresenta D. João como um eleito de Deus ao falar de sua morte, tal como Fernão Lopes fez quando falou de sua vida. Segundo Pina, D. João era protegido da Virgem Maria porque os principais fatos de sua vida se deram na Véspera da Assunção da Virgem: seu nascimento, a Batalha de Aljubarrota contra Castela (1385), e a partida para Ceuta, tomada efetivamente em 1415:

[...] o dicto glorioso Rey acabou logo sua bemaventurada vida com *mui claros sinaaes de Salvaçam de sua alma*, a quatorza dias d'Agosto, *vespera d'Assumpçam da Virgem Maria Nossa Senhora*, do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesu Christo de mil e quatrocentos e trinta e tres: *e foi cousa assaz maravilhosa, e de singular exempro de sua devaçam*, e de grande pronostico de sua bemaventurança, que em tal dia taõbem nacêo, e nelle compria entam hidade de setenta e sete annos; e em tal dia em batalha campal, ã que se compriam quorenta e oyto annos, vencêo neste Regno ElRey Don Joham de Castella, com que segurou seus Regnos, e Estado: *por cuja memória mandou alli novamente edificar o moesteiro de Santa Maria da Vitória, que vulgarmente se diz da Batalha*; e em tal dia, em que se compriam dezoito annos partio de Lixboa, quando em África passou e tomou aos imygos da Fee a muy nomeada Cidade de Cepta; [...] (CRP, p. 490, grifos nossos).

Segundo Garcez Ventura, a única dessas datas que é verdadeira é a da Batalha de Aljubarrota, realizada em quatorze de agosto. Já quanto aos outros acontecimentos, ocorreram em outros dias, como a morte do monarca, no dia treze. O próprio cronista Rui de Pina na *Crónica de D. Afonso V* indica o nascimento de D. João em 11 de abril (VENTURA, 1992, p. 108).

Insistindo nos aspectos divinos referentes à morte do rei D. João e também de sua esposa, a rainha D. Filipa, o cronista aponta uma mudança na própria natureza. O céu teria ficado cinza (*crys*) em luta pela morte de ambos, a da rainha, antes dele (1416), e a do monarca, em 1433. Segundo o cronista:

[...] no qual *dia do seu fallecimento ho Sol foi crys* em grande parte de sua claridade; e assi tambem foi o Sol crys, ho dia em que a Rainha Dona Felipa sua molher falleceo primeiro que elle em Sacavem [...] (CRP, p. 490, grifo nosso).

Assim, teria ocorrido um "desregramento cósmico" por ocasião do falecimento de sua esposa, D. Filipa, e, mais tarde, no dia da morte do monarca. Sobre o passamento do rei, é possível observar os hábitos com relação a rezas de missas por frades e outros religiosos:

E assi muitos Frades da observantia, e outros Religiosos ho guardassem continuamente, de dia e de noite per repartição, rezando e orando sempre, rogassem a Deos por sua alma. E seus Capellaães era assi ordenados, que nunca ha Capella estava sem nella muy devotamente as horas e officios Divinos se dizerem; E em cada hum dos dias que ho Corpo d' El Rey assi esteve, ordenadamente se dezian por sua alma trinta Missas, dellas rezadas, e

outras cantadas: e cada somana huã vez se fazia por elle saumento solenizado com vespersas, e Missas a que ho Collegio da See, e toda a outra Clerizia, e ordeês da Cidade eram presentes (CRP, p. 492).

Da mesma forma que D. João é mostrado como devoto, preocupado com a morte do irmão, D. Fernando, seu filho D. Duarte também mandou que várias missas fossem rezadas pelo seu pai. A seguir (figura 3) é possível ver o primeiro retrato de um monarca português:

**Figura 3** - Retrato de D. João I, da Boa Memória



**Fonte:** Museu Nacional de Arte Antiga, em Lisboa. In: MATTOSO, José. *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, [s.d.], p. 498.

Nesta pintura do monarca (Figura 3), realizada depois da sua morte por artista anônimo, observamos que D. João é retratado como uma pessoa devota e está com as mãos juntas, em posição de oração. A *Crónica de D. João I* mostra que o soberano era zeloso pela saúde de sua alma, tanto durante a vida ao frequentar procissões e dedicar várias construções à Virgem Maria, quanto na hora da morte. Carvalho (2008) afirma que a obra foi encontrada somente no século XIX. Para o autor a pintura possivelmente foi realizada no século XV ou XVI e seria uma cópia, motivo pelo qual o rei, no retrato, está com posição mais apática do que devota (CARVALHO, 2008, p. 10).

Na *Crónica de D. Duarte*, de Rui de Pina, são descritos os momentos finais da vida de D. João I e ficam claros os seus aspectos devocionais. Os passos tomados por D. João antes de morrer revelam as mesmas preocupações que a dos seus contemporâneos. Em primeiro lugar encomendou a alma a S. Vicente antes da morte. Rui de Pina enfatiza a



devoção do monarca avisino a Maria pelo o fato de morrer às vésperas da Anunciação da Virgem, como mencionado, o que representaria um símbolo de salvação de alma (CRP, p. 489-490).

A santificação da Dinastia de Avis ocorre principalmente através da imagem de D. Nuno Álvares Pereira (VENTURA, 2011 b). A *Crónica de D. João I* dedica uma grande parte a louvá-lo, assim como o relato anônimo a ele dedicado, a *Crónica do Condestabre*. Fernão Lopes afirma que este nobre era de “pouca e branda palavra” [...] “nenhuma coisa fazia com rancor ou ódio” e tinha sempre o “temor de Deus” (CDJ, I, p. 70). “Foi o primeiro a ouvir a cada dia duas missas” (CDJ, I, p. 426). Além disso, sempre se lembrava dos “divinais ofícios” e é descrito por Lopes como a “estrela da manhã”. Devido aos seus atributos de bom cristão, generoso e protetor dos fracos, foi louvado pelo cronista, “assi no temporall come spirituall, vivo e depois da morte, sempre foi avudo em grande rreveremça de todo ho poboo” (CDJ, I, p. 426).

A sua imagem construída nas crônicas é inspirada nos modelos hagiográfico (SARAIVA, 1988, p. 193) e cavaleiresco (MEGALE, 2001, p. 82). No final da vida, adota uma postura dos cavaleiros de *A Demanda do Santo Graal*, como já mencionado, ingressando na vida religiosa como forma de purificação. Após a sua morte, a *Crónica do Condestabre* afirma que foram feitos muitos milagres no local e que do seu corpo saía um bom odor, característica dos santos (CC, p. 217 e p. 228). De acordo com José Pereira de Sant’ana, que escreveu a *Chronica dos Carmelitas*, D. Nuno teria sido avisado por Deus quando iria morrer, segundo o seu desejo.

Segundo Garcez Ventura (2011b) houve uma ligação muito próxima entre D. Duarte e D. Nuno. Por ocasião da morte do condestável, em 1431, o primeiro teria enviado uma lâmpada para iluminar o seu túmulo, a qual, segundo o biógrafo de Nuno, José Pereira, teria sobrevivido até 1548.

D. Duarte logrou vários esforços para tornar o comandante militar de seu pai, e religioso do convento do Carmo, santo. Neste sentido, em 1437, enviou uma carta ao abade de Florença, estranhando o fato de não ter sido iniciado o processo de canonização. Esses intentos de D. Duarte, mais a religiosidade popular em torno de D. Nuno o levaram a ser beatificado e mais recentemente, em 2009, canonizado como São Nuno de Santa Maria.

Outro elemento da Dinastia de Avis e sua ligação com o divino é a santificação do chamado Milagre de Ourique, que teria ocorrido em 1139, na véspera da Batalha do mesmo nome, entre Afonso Henriques e o exército mouro. O milagre da aparição de Cristo Crucificado diante do primeiro rei de Portugal, como prenúncio da vitória, aparece pela primeira vez numa obra composta em 1416, o *Livro dos Arautos*. De acordo com Ventura (2013, p. 196): “[...] a clara intervenção divina nas vitórias do nosso primeiro rei

é penhor da protecção concedida ao refundador de Portugal" (D. João I) [...]" . A autora também se refere à preocupação de D. Duarte com a memória avizina, daí o fato de ter encomendado a Fernão Lopes que escrevesse as crônicas de todos os reis de Portugal.

Sem contar o projeto do próprio D. João na construção do panteão régio em Santa Maria da Vitória, mais conhecida como mosteiro da Batalha, e a instituição de um *memorial régio* ali ou segundo Coelho (2008, p. 354) de uma "memória pétrea" da nova dinastia, local onde serão, desde então, colocados os corpos dos membros da Dinastia de Avis, começando com o corpo da rainha D. Filipa, em 1416.

### **Um caso de possesso de demônio na documentação**

Um dos exemplos de que a sociedade era muito marcada por divisões entre bem e mal, Deus e Diabo pode ser dado acerca da documentação do século XV, já no governo de Afonso V (1438-1481) quando *um cavaleiro do rei alega estar possesso do diabo*, motivo pelo qual requer a aposentadoria e é atendido. O estudo de Baquero Moreno de livros de visitação medievais permitiram a descoberta de um destes casos. Nele, o cavaleiro Gil Martins, da cidade de Évora requer ao monarca a isenção do serviço militar e a aposentadoria (MORENO, 1990, p. 72-75).

190

Na *Chancelaria de Afonso V* é possível encontrar o documento que descreve a situação do cavaleiro e a ação do rei. De acordo com a fonte: "Ssabede que Gil Martjns, acontiado em caualo rasso [...] nos dise que *como elle he adorado o demonjo que mujtas uezes o toma e da com elle no ffogo e sse faz mujtas uezes hũu mês que o nom deixa*" (*Chancelaria ...*, livro 12, fols 36-36v, grifo nosso).<sup>5</sup> De acordo com o solicitante, o demônio permanecia em seu corpo, colocando-o no Inferno, motivo pelo qual não conseguia realizar as suas obrigações.

A seguir na explicação sobre o demônio a justificativa para a aposentação: "E se elle non fose posto guarda ja dello ffora morto. Pella quall coussa devja ser apoussentado e esscusso de todollos encarregos e serujdoees desse conçelho." Assim, segundo o trecho, o cavaleiro explica que deveria ficar o tempo todo "em guarda" para que o demônio não o matasse, motivo pelo qual deveria ser aposentado pelo rei.

O imaginário ainda do século XV, como é possível deduzir do documento, acreditava na possibilidade de uma pessoa ser tomada pelo demônio. Portanto, pode-se notar que a crença de que D. João I seria um governante escolhido por Deus, propagada por Fernão Lopes em sua crônica, está totalmente dentro dos sistemas de pensamento vigentes.

---

<sup>5</sup> Todas as citações desta fonte são desses fólhos, que foram transcritos por: Moreno (1990).

A aceitação da aposentação do cavaleiro pelo monarca reinante, Afonso V, mostra que este imaginário religioso cristão estava presente no pensamento de todas as categorias sociais, dos camponeses aos nobres e clero.

Segundo a Chancelaria (Livro 12, fols 36-36v), o rei: "E uendo o que nos dizia e pedia e, querendolhe fazer graça e merçee, porquanto ffomo(s) certo por hũa enquereçom que per nosso mandado ffoy tirado ssobre sua door em a quall *se prouou elle sser assy adoorado de demonjo como allegou*". A citação mostra que o rei acreditou no argumento do cavaleiro e que o aceitou.

Desta forma, Afonso V não contestou o pedido e, por acreditar na justificativa dada, concedeu a aposentação:

[...] temos por bem poussentamollo e mandamos que daqji adeante ho nom costrangaes nem mandees constrangeer nem uaa serujr nhũa guerra per maar nem per terra, nem uelle nem rollde nem uaa com pressos nem com djnheros nem sseia tetor nem curador de nhũas parsoas (*Chancelaria*, livro 12, fols 36-36v).

Assim, Gil Martins foi dispensado de realizar a guerra (por terra ou mar) e passou a receber remuneração para se sustentar a partir do argumento de estar possuído por uma entidade maléfica sobrenatural.

## **Considerações finais**

Através deste artigo, buscamos apresentar alguns elementos da religiosidade portuguesa do final da Idade Média, centrando em alguns exemplos, principalmente relacionados a D. João I e à Dinastia de Avis. A população em geral era bastante religiosa e acreditava na presença do sobrenatural no cotidiano. Eram correntes as práticas de devoção e doação de esmolas, visando a salvação das almas. Além disso, no momento da Peste aumentaram as procissões e o culto à Virgem Maria. A religiosidade cristã convivia ao mesmo tempo com o paganismo, uma vez que eram tênues as fronteiras entre o sobrenatural cristão e o maléfico, associado à feitiçaria. Ainda que esta última tenha sido proibida pelos reis, continuou a ocorrer.

A ascensão de D. João I ao poder também é associada a elementos do maravilhoso cristão, uma vez que o monarca é visto como o Messias de Lisboa em combate contra o Anticristo, representado por D. João de Castela e por seus apoiantes. No relato de Fernão Lopes, os milagres bélicos relacionados a D. João, como a Batalha de Aljubarrota e o apoio dos franciscanos à sua causa, mostram, segundo o cronista, que ele era o eleito de Deus para governar Portugal, salvar o povo português e levá-lo a um período de felicidade na terra, conduzido pela Dinastia de Avis.

Um elemento importante e relacionado ao sobrenatural que vem comprovar a nossa análise sobre a religiosidade portuguesa e o entrelaçamento entre cristianismo e paganismo, é o fato de D. João ter mandado proibir a realização de práticas pagãs (leitura de sortes, entre outras), antes da Batalha de Aljubarrota, o que serve para, ao contrário, mostrar que essas continuavam a persistir no reino luso.

Além disso, a tênue fronteira entre as práticas lícitas e ilícitas é mostrada em previsões de médicos e homens voltados ao estudo da Astronomia, que ajudavam a fazer prognósticos sobre o futuro, como é o caso do Mestre Guedelha sobre o melhor horário de *levantamento* de D. Duarte ao poder. Um elemento de santificação da nova dinastia está relacionado à imagem do santo guerreiro Nuno Álvares Pereira e à busca, desde a época de D. Duarte, em conseguir a sua canonização, o que foi efetivado em 2009.

Também é possível mencionar, em fins do medievo, no reino luso, o caso de um "outsider", isto é, um cavaleiro que se diz endemoniado, ao requerer a sua aposentadoria ao rei Afonso V. Entendendo as razões apresentadas pelo solicitante e mostrando como a sociedade portuguesa estava ligada na crença ao mundo sobrenatural, e na luta entre Deus e o Diabo, manifestada no mundo terreno, Afonso V considera os argumentos verdadeiros e concede permissão para que o cavaleiro ficasse dispensado de suas atividades, passando a receber rendimentos do rei para que lutasse contra o demônio que o queria matar, segundo o seu argumento. Portanto, podemos perceber a presença marcante da religiosidade cristã e do maravilhoso na sociedade portuguesa entre os séculos XIV-XVI.

Um dos temas fundamentais do período medieval, portanto, era a preocupação com a vida após a morte. Assim, considerava-se que o cristão era um peregrino na terra, um caminhante entre dois mundos e que a tentação poderia levá-lo ao Diabo e à danação. Todo crente desejava salvar-se e debatia-se entre o desejo pelos prazeres do mundo terrestre (riqueza, luxúria, gula, entre outros vícios) e o medo do abismo do Inferno, daí que D. João I, D. Filipa, D. Duarte, D. Nuno, entre outros, apelaram para as práticas devocionais, reflexões espirituais e o auxílio divino em prol da salvação de suas almas e dos habitantes do reino luso.

## Referências

**A Bíblia de Jerusalém.** São Paulo: Paulus, 1995.

**A Demanda do Santo Graal.** Edição de Irene Freire Nunes. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1995.

- ALVAR, Carlos. **Breve Dicionário Artúrico**. Madrid: Alianza Editorial, 1997.
- ARIÉS, Philippe. **História da Morte no Ocidente**. Rio de Janeiro: Ouro, 2003.
- BASTOS, Maria do Rosário. Prescrições sobre o Culto dos Mortos nos séculos XIII a XVI. In: MATTOSO, José (Dir.). **O Reino dos Mortos na Idade Média Peninsular**. Lisboa: Sá da Costa, 1996.
- BASTOS, Mário Jorge da M. **O Poder nos Tempos da Peste (Portugal – séculos XIV-XVI)**. Niterói: Eduff, 2009.
- CARVALHO, José Alberto S. O Retrato de D. João I. Revisão Crítica. **Revista de História da Arte**, Lisboa, n. 5, p. 67-75, 2008.
- Chancelaria de D. Afonso V**, livro 12, fols 36-36 v *apud* MORENO, Humberto Baquero. **Exilados, Marginais e Contestatários na Sociedade Portuguesa Medieval**. Lisboa: Presença, 1990, p. 76.
- COELHO, Maria Helena. **D. João I**. Lisboa: Círculo de Leitores/Temas e Debates, 2008.
- COHN, Norman. **Na Senda do Milênio**: Milenaristas Revolucionários e Anarquistas Místicas da Idade Média. Lisboa: Presença, 1981.
- Crónica do Condestável de Portugal D. Nuno Álvares Pereira**. Por autor Anônimo do Século XV (CC). Lisboa: Sá da Costa, 1972 (Adaptação de Jaime Cortesão).
- DELUMEAU, Jean. **O Pecado do Medo**. São Paulo: EDUSC, 2003. v. 1.
- DESROCHE, Henri. **Dicionário de Messianismos e Milenarismos**. São Bernardo do Campo: UEMESP, 2000.
- FERNÃO LOPES. **Crónica de D. João I** (CDJ). Edição preparada por M. P. Lopes de Almeida e Magalhães Basto. Lisboa: Civilização, 1990. 2 v.
- GONÇALVES, Beatriz dos S. **Os Marginais e o Rei**. A Construção de uma Estratégica Relação de Poder em Fins da Idade Média Portuguesa. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.
- GUIMARÃES, Marcela L. A Sétima Idade de Fernão Lopes: novo tempo para os Príncipes de Avis? In: DORÉ, A.; LIMA, L.F.S.; SILVA, L.G. **Facetas do Império na História**: conceitos e métodos. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.
- HUIZINGA, Johan. **O Outono da Idade Média**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.
- LE GOFF, Jacques. **O Imaginário Medieval**. Lisboa: Estampa, 1994.
- MAGALHÃES, Ana Paula T. Ubertino de Casale, Leitor de São Boaventura: fundamentos para uma escrita franciscana da História – séculos XIII e XIV. In: MAGALHÃES, Ana P. T.; LIMA, Marinalva S. (Org.). **Cotidiano, Poder e Relações Sociais entre a Antiguidade e a Idade Média**. Homenagem ao professor Nachman Falbel. Maringá: Eduem, 2016, p. 205-216.
- MARQUES, A. H de Oliveira. **A Sociedade Medieval Portuguesa**. Lisboa: Sá da Costa, 1981.

- MEGALE, Heitor. **A Demanda do Santo Graal**: das origens ao códice português. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.
- MARTINS, Mário. **Introdução Histórica à Vidência do Tempo e da Morte**. Braga: Cruz, 1969. v. 1.
- MATTOSO, José. **Poderes Invisíveis**. O Imaginário Medieval. Lisboa: Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2001.
- MENDONÇA, Manuela. Os Regimentos de Procissões do *Corpus Christi* no Portugal Medieval. In: MACEDO, José Rivair. **A Idade Média Portuguesa e o Brasil**. Reminiscências, Transformações, Resignificações. Porto Alegre: Vidrágua, 2011, p. 23-35.
- MEGANI, Ana Paula Torres. **O Jovem Rei Encantado**. Expectativas do Messianismo Régio em Portugal, séculos XIII a XVI. São Paulo: Hucitec, 2003.
- MOLLAT, Michel. **Os Pobres na Idade Média**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- MORENO, Humberto Baquero. **Exilados, Marginais e Contestatários na Sociedade Portuguesa Medieval**. Lisboa: Presença, 1990.
- PINA, Isabel Castro. Ritos e Imaginário da Morte em Testamentos dos Séculos XIV e XV. In: MATTOSO, José (Dir.). **O Reino dos Mortos na Idade Média Peninsular**. Lisboa: Sá da Costa, 1996, p. 125-164.
- PINA, RUI de. Chronica do Senhor Rey D. Duarte. In: **Crónicas de Rui de Pina** (CRP). Int. e Revisão de M. Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1977.
- REBELO, Luís de Sousa. **A Concepção de Poder em Fernão Lopes**. Lisboa: Horizonte, 1983.
- SANTOS, Dulce O. Amarante dos. Paixões da Alma, Melancolia e Medicina (séculos XIII-XV). In: MACEDO, José Rivair. **A Idade Média Portuguesa e o Brasil**. Reminiscências, Transformações, Resignificações. Porto Alegre: Vidrágua, 2011, p. 107-119.
- SARAIVA, António José. **Crepúsculo da Idade Média em Portugal**. Lisboa: Gradiva, 1988.
- SILVA, Manuela Santos. A Construção Coeva de D. Filipa de Lencastre como uma "Santa Rainha". In: VILELA, Ana Luísa et al. **Representações do Mito na História e na Literatura**. Braga: Ed. Universidade de Évora/Publito, 2014, p. 137-147.
- VICENTE, Gil. **Auto da Barca do Inferno**. Rio de Janeiro: O Globo/Klick, 1997.
- VICENTE, Gil. **Auto da Alma**. Introdução, Anotações e Glossário de A. Ambrósio de Pina. 4. ed. Porto: Porto Ed., 1987.
- TAVARES, Maria José P. F. **Pobreza e Morte em Portugal na Idade Média**. Lisboa: Presença, 1989.
- VENTURA, Margarida Garcez. **O Messias de Lisboa**: um estudo de Mitologia Política (1383-1415). Lisboa: Cosmos, 1992.



- VENTURA, Margarida Garcez. Agoiros, Feitiços e outras Maravilhas: crença e crítica no Portugal Quatrocentista. In: MACEDO, José Rivair. **A Idade Média Portuguesa e o Brasil**. Reminiscências, Transformações, Resignificações. Porto Alegre: Vidrágua, 2011, p. 93-106.
- VENTURA, Margarida Garcez. **A Corte de D. Duarte**: Política, Cultura, Afetos. Aveleda, Vila do Conde: Verso da História, 2013.
- VENTURA, Margarida Garcez. Uma Lâmpada de Prata e Muito Mais. Testemunhos de D. Duarte sobre a Santidade de Nuno Álvares Pereira. **Revista Portuguesa de História do Livro**, ano XIV, v. 27, p. 243-271, 2011.
- VILAR, Hermínia Vasconcelos. Rituais da Morte em Testamentos dos Séculos XIV e XV. In: MATTOSO, José. **Estudos da Idade Média Peninsular**. Lisboa: Sá da Costa, 1996.
- Visão de Túndalo** (VT). Edição de F. M. Esteves Pereira (códice 244). **Revista Lusitana**, Lisboa, v. 3, p. 97-120, 1895.
- ZIERER, Adriana. Educando para Salvar a Alma: o exemplo do cavaleiro Tungullo. In: **História e Culturas**, v. 5, n. 3, p. 120-134, 2015.
- ZIERER, Adriana M. de S. **Paraíso, Escatologia e Messianismo em Portugal à época de D. João I (1383-85/1433)**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.